

NOTA DE POSICIONAMENTO: SOBRE O CONVITE INSTITUCIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A BJÖRN LOMBORG PARA CONFERÊNCIA NO AUDITÓRIO NEREU RAMOS EM 13 DE MAIO DE 2026.

A **Frente Parlamentar Mista Ambientalista manifesta sua preocupação formal** com o convite institucional conferido pela Câmara dos Deputados ao cientista político dinamarquês Björn Lomborg para proferir conferência no Auditório Nereu Ramos, em 13 de maio de 2026, sob o título “Debates Estratégicos com Björn Lomborg: Fazendo Mais com Menos — Políticas Públicas de Alto Impacto”.

A Câmara apresenta Bjorn Lomborg como “um dos pensadores mais influentes do mundo” e “referência no pensamento econômico”, omitindo informação essencial ao público e aos parlamentares de que o cientista político é sistematicamente criticado por instituições científicas por construir uma narrativa que tecnicamente produz o desaconselhamento de políticas climáticas ambiciosas mundiais e brasileiras.

Em *The Skeptical Environmentalist* (2001)¹, Lomborg sustenta que as preocupações ambientais são exageradas e que os custos das políticas de proteção superam seus benefícios. Em *False Alarm* (2020)², aprofunda essa tese aplicada ao clima. Admite o aquecimento global como fenômeno real, mas aplica uma metodologia econômica seletivamente calibrada para concluir que as metas do Acordo de Paris são ineficientes. Ou seja, seus modelos atribuem pouco peso econômico aos danos que o clima causará nas próximas décadas, desconsideram o risco de impactos abruptos e irreversíveis e projetam crescimento econômico estável, com parâmetros ajustados, de forma a concluir que agir agora custa mais caro do que esperar.

Esse método foi objeto de refutação pela comunidade científica internacional. A revista *Scientific American* dedicou onze páginas ao tema em sua edição de janeiro de 2002. Reuniu ensaios críticos de Stephen Schneider, John P. Holdren, John Bongaarts e Thomas Lovejoy, sob o título “Misleading Math about the Earth”³, e documentou a seleção tendenciosa de dados. A resenha do Instituto Grantham de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas da London School of Economics concluiu, em 2020, que os números centrais de *False Alarm* eram “desatualizados, fabricados e mal interpretados”⁴. A revista *Nature* publicou, já em 2001, crítica direta à obra,

¹ LOMBORG, Björn. *The Skeptical Environmentalist: Measuring the Real State of the World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

² LOMBORG, Björn. *False Alarm: How Climate Change Panic Costs Us Trillions, Hurts the Poor, and Fails to Fix the Planet*. Nova York: Basic Books, 2020.

³ SCHNEIDER, Stephen; HOLDREN, John P.; BONGAARTS, John; LOVEJOY, Thomas. “Misleading Math about the Earth”. *Scientific American*, v. 286, n. 1, p. 61–71, jan. 2002. Disponível em: scientificamerican.com.

⁴ WARD, Bob. “A closer examination of the fantastical numbers in Bjorn Lomborg’s new book”. *Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment*, London School of Economics, 25 ago. 2020. Disponível em: lse.ac.uk/granthaminstitute.

assinada por Stuart Pimm e Jeff Harvey, apontando falhas graves na representação das evidências científicas⁵.

O que distingue a obra de Lomborg do negacionismo clássico é exatamente o que a torna mais difícil de combater: ela opera dentro do vocabulário científico, aceita as projeções de temperatura do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e usa essa adesão formal ao consenso para conferir legitimidade a uma análise econômica que, na prática, desestimula de forma sistemática a implementação das medidas defendidas por esse próprio consenso.

Não se trata de uma alternativa sobre políticas climáticas, mas de uma operação de desmontagem da base analítica que sustenta o compromisso internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C–2°C, metas que, segundo o próprio IPCC, exigem descarbonização profunda e urgente, não gestão incremental de riscos.

A Frente Parlamentar Mista Ambientalista não advoga pela supressão de debates. O problema não está em Lomborg ter opinião divergente, mas na concessão de legitimidade institucional, pela Câmara dos Deputados, a posições que contrariam o consenso científico consolidado. Conferir plataforma oficial a posições que, embora admitam o aquecimento global como fenômeno real, distorcem a análise econômica das respostas climáticas para desaconselhar as políticas de descarbonização estabelecidas pelo Acordo de Paris⁶ e respaldadas pelo AR6 do IPCC⁷. Oferecer respaldo institucional a esse discurso, sem assegurar um contraditório técnico qualificado, não é pluralismo. Ao contrário, é legitimar institucionalmente uma narrativa que a ciência econômica do clima refutou.

No contexto brasileiro, esse cenário se torna particularmente sensível diante da recorrente pressão no Congresso Nacional por flexibilizações na proteção ambiental e nas dificuldades para avançar políticas públicas compatíveis com os compromissos ambientais e de conservação assumidos pelo país. Além das propostas que tentam alterar competências institucionais e limitar as ações de órgãos institucionais. A Frente Ambientalista acredita que teses rejeitadas pela comunidade científica podem causar conflitos em um ambiente que disputa pela centralidade política da urgência climática.

NILTO TATTO
Deputado Federal/SP

Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista no Congresso Nacional

⁵PIMM, Stuart; HARVEY, Jeff. “No need to worry about the future”. *Nature*, v. 414, p. 149–150, 8 nov. 2001. DOI: 10.1038/35102623.

⁶ONU. *Acordo de Paris*. UNFCCC, 2015. Promulgado no Brasil pelo Decreto nº 9.073/2017.

⁷IPCC. *Sixth Assessment Report (AR6)*. Genebra: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2021–2023. Disponível em: ipcc.ch/assessment-report/ar6.